26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ENTRE FONTES E MEMÓRIAS: RECONHECIMENTO DE MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE

BETWEEN SOURCES AND MEMORIES: *IDENTIFYING WOMEN IN THE HISTORY OF RIO GRANDE DO NORTE*

Patricia Ladeira Penna Macêdo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte /(UFRN)
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira - Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A produção historiográfica tradicional frequentemente relegou a trajetória das mulheres a posições secundárias, operando silenciamentos e lacunas documentais que desafiam a reconstrução de suas memórias. No âmbito da Ciência da Informação, os processos de aquisição e formação de acervos participam ativamente da validação ou do apagamento dessas trajetórias na memória social. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o processo de identificação de mulheres para a história do Rio Grande do Norte (RN), discutindo as relações entre memória, reconhecimento e representação informacional. Metodologicamente, consiste em uma pesquisa exploratória fundamentada no levantamento sistemático de fontes bibliográficas e documentais, incluindo o mapeamento de teses e dissertações no Repositório Institucional da UFRN, além de estratégias de participação social via chamadas públicas digitais. Como resultado, identificou-se mais de uma centena de mulheres potiguares de diversos campos de atuação, evidenciando trajetórias que oscilam entre o reconhecimento público e o soterramento por narrativas desinformativas ou dispersões matrimoniais. Conclui-se que a construção desse instrumento de referência, o Repertório de Mulheres Potiguares atua como uma prática de justiça e recuperação da memória histórica, consolidando uma infraestrutura informacional indispensável para o estímulo a novos estudos e investigações científicas.
Palavras-chave: memória social; fontes de informação; representação do conhecimento.

Abstract: Traditional historiographical production has frequently relegated women's trajectories to secondary positions, operating silences and documentary gaps that challenge the reconstruction of their memories. Within the scope of Information Science, the processes of organization and knowledge representation actively participate in either the validation or the erasure of these trajectories within social memory. Given this scenario, this article aims to analyze the process of identifying women for the history of Rio Grande do Norte (RN), discussing the relationships between memory, recognition, and informational representation. Methodologically, it consists of an exploratory research based on the systematic survey of bibliographic and documentary sources, including the mapping of theses and dissertations in the Institutional Repository of UFRN, as well as social participation strategies through digital public calls. As a result, more than a hundred Potiguar women from diverse fields of activity were identified, showcasing trajectories that oscillate between public recognition and burial by disinformative narratives or matrimonial dispersions. It is concluded that the construction of this reference list acts as a practice of justice and recovery of historical memory, consolidating an informational infrastructure essential for stimulating new studies and scientific investigations.
Keywords: social memory; information sources; knowledge representation.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a produção da história esteve marcada pela valorização de determinados sujeitos, experiências e acontecimentos em detrimento de outros. Nesse processo, a presença das mulheres foi frequentemente relegada a posições secundárias ou mesmo excluída das narrativas históricas, resultando lacunas e um reconhecimento desigual de suas contribuições para a sociedade. Como observa Perrot (2007), os vestígios produzidos por mulheres são mais escassos, mais dispersos e, muitas vezes, submetidos a processos de silenciamento, esquecimento, invisibilização ou destruição, o que impacta diretamente as possibilidades de reconstrução significativa de suas trajetórias, memórias e legados.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente com o desenvolvimento da História das Mulheres e dos estudos de gênero, essas ausências passaram a ser questionadas de forma mais sistemática. O interesse por sujeitos historicamente marginalizados ampliou as perspectivas de investigação e permitiu evidenciar que a reduzida presença das mulheres nos registros históricos não decorre de sua ausência nos acontecimentos sociais, políticos, culturais ou científicos, mas das condições históricas que determinaram quais experiências seriam registradas, preservadas e reconhecidas.

No campo da Ciência da Informação, essa discussão adquire especial relevância ao considerar que os processos de produção, organização, preservação e acesso à informação participam ativamente da construção da memória social. Assim, refletir sobre a presença das

mulheres nas fontes documentais e nos espaços de produção do conhecimento implica compreender como determinadas trajetórias são legitimadas enquanto outras permanecem dispersas, fragmentadas, invisibilizadas ou mesmo silenciadas.

É nesse contexto que se insere o projeto de identificação de mulheres para a história do Rio Grande do Norte, desenvolvido a partir do levantamento sistemático de nomes e trajetórias em diferentes fontes de informação. Mais do que reunir referências biográficas, a iniciativa busca compreender os mecanismos que favorecem ou dificultam a identificação dessas mulheres, evidenciando os desafios impostos pelas lacunas documentais, pelos processos de silenciamento e pelas formas desiguais de representação da memória.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo[1] analisar o processo de identificação de mulheres para a história do Rio Grande do Norte, discutindo as relações entre memória, reconhecimento e representação a partir das fontes utilizadas na pesquisa. Para isso, parte-se da compreensão de que a construção de listas e repertórios de nomes não constitui um procedimento neutro, mas uma prática que envolve escolhas metodológicas, disputas de memória e processos de legitimação social.

Ao discutir a identificação de mulheres para a história do Rio Grande do Norte, pretende-se contribuir para o debate sobre memória, informação e representação, evidenciando que a visibilidade de determinados sujeitos no presente está diretamente relacionada às condições históricas que permitiram, ou impediram, a preservação de seus vestígios e de suas experiências.

2 MULHERES ENTRE FONTES E MEMÓRIAS

Desde a década de 1970, muitos pesquisadores têm questionado a ausência feminina na narrativa histórica tradicional. Correntes historiográficas possibilitaram o deslocamento do foco da história política para a história social, promovendo uma reflexão mais sistemática e multidisciplinar.

Isso permitiu a análise de diferentes indivíduos e grupos sociais que, até então, tinham sido pouco investigados. Esse movimento, aliado à efervescência do movimento feminista e ao aumento da presença de mulheres nas universidades europeias e norte-americanas, foi fundamental para que a História das Mulheres emergisse como um novo campo de estudos.

[1] Esta pesquisa integra as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio de pós-doutorado realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Conforme destaca Michelle Perrot (2007), a dificuldade em reconstruir trajetórias de mulheres está relacionada não apenas à maneira como a história foi escrita, mas também às condições de produção, preservação e transmissão dos vestígios documentais. Segundo a autora, os rastros deixados por mulheres tendem a ser mais dispersos, fragmentados e vulneráveis aos processos de destruição e esquecimento. Dessa forma, a escassez de registros não deve ser interpretada como ausência de participação, mas como resultado de processos históricos que determinaram quais experiências seriam consideradas relevantes para registro e preservação.

Dessa forma, torna-se necessário aprofundar a discussão sobre os fatores que contribuíram para a escassez de registros e, consequentemente, para a invisibilidade e/ou silenciamento das mulheres nas narrativas históricas. Entre esses fatores, Perrot (2007) destaca o acesso tardio à educação formal e à escrita, condição que, durante séculos, restringiu as possibilidades de que mulheres registrassem suas próprias experiências e interpretações sobre o mundo. Como consequência, grande parte da documentação referente às suas trajetórias foi produzida por terceiros, frequentemente a partir de perspectivas externas que nem sempre contemplavam seus protagonismos, interesses ou percepções.

Outro aspecto relevante refere-se às dificuldades enfrentadas por mulheres para publicar e difundir suas produções intelectuais. Em diversos contextos históricos, suas obras eram recusadas, desvalorizadas ou recebidas com desconfiança, levando muitas autoras a recorrerem ao anonimato ou ao uso de pseudônimos. Tal cenário contribuiu para a dispersão de suas produções e para a dificuldade de associar determinados registros às suas autoras, comprometendo a preservação de suas trajetórias e de suas contribuições para diferentes campos do conhecimento.

Também merece destaque a relação estabelecida pelas próprias mulheres com seus registros pessoais. Conforme observa Perrot (2007), processos históricos de desvalorização de suas experiências contribuíram para que muitas não reconhecessem a importância de preservar documentos relacionados às suas trajetórias. O questionamento constante acerca da relevância de suas ações impactou diretamente as práticas de guarda, organização e preservação de seus vestígios documentais, favorecendo perdas, descartes e fragmentações.

As relações familiares constituem outro elemento importante para compreender a invisibilidade de fontes produzidas por e sobre mulheres. Tradicionalmente, atribuiu-se a elas

a responsabilidade pela preservação da memória familiar, cabendo-lhes reunir, organizar e transmitir documentos relacionados a maridos, pais, filhos e outros membros da família. Paradoxalmente, enquanto atuavam como guardiãs da memória de terceiros, seus próprios registros frequentemente permaneceram dispersos, secundarizados ou ausentes dos processos de preservação.

As dinâmicas matrimoniais e familiares contribuíram para dificultar a identificação e a recuperação de documentos relacionados às mulheres. Como destaca Perrot (2007, p. 21), "pelo casamento, as mulheres perdem seu sobrenome", situação que afeta diretamente a localização de seus vestígios documentais ao longo do tempo. Em muitos casos, seus arquivos foram incorporados a fundos documentais de homens, especialmente dos cônjuges, tornando suas trajetórias menos visíveis e dificultando o reconhecimento de sua autoria, atuação e produção documental. Tal condição evidencia como os mecanismos de preservação da memória também refletem relações sociais marcadas por assimetrias de gênero, influenciando diretamente aquilo que é lembrado, identificado e reconhecido pelas gerações posteriores.

Em outras palavras, os processos de produção, preservação e transmissão da memória não ocorrem da mesma forma para homens e mulheres, uma vez que são influenciados pelos papéis sociais historicamente atribuídos a cada grupo. Nesse sentido, a escassez de estudos sobre mulheres e de fontes relacionadas às suas trajetórias está intimamente ligada às condições sociais que moldaram suas possibilidades de atuação, registro e reconhecimento. Como observa Michelle Perrot (1989, p. 15), "os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade".

Dessa forma, torna-se necessário analisar as práticas historiográficas e os próprios arquivos não como espaços neutros, mas como construções sociais atravessadas por relações de poder que influenciam aquilo que será preservado, valorizado ou esquecido. A produção da memória envolve processos de seleção e exclusão que refletem disputas simbólicas e hierarquias presentes na sociedade. Nessa perspectiva, Ann Laura Stoler (2018) destaca a importância de questionar as aparentes neutralidades dos arquivos e dos procedimentos que orientam a produção e a organização dos documentos, compreendendo-os como produtos de contextos históricos específicos e de relações assimétricas de poder.

Outro aspecto fundamental refere-se à própria escrita da história. Durante muito tempo, a historiografia esteve fundamentada em perspectivas que privilegiavam acontecimentos políticos, militares e institucionais, tradicionalmente associados à atuação masculina. Como consequência, a narrativa histórica foi construída a partir da valorização de determinados sujeitos e experiências, enquanto outras trajetórias permaneceram à margem dos registros e das interpretações históricas. Nesse contexto, as mulheres foram frequentemente excluídas ou representadas de forma secundária.

A reflexão proposta por Rebecca Solnit (2017, p. 24) contribui para compreender essa dinâmica ao afirmar que “se as bibliotecas contêm todas as histórias que foram contadas, existem bibliotecas fantasmas de todas as que não foram”. A metáfora evidencia a existência de inúmeras experiências, trajetórias e vozes que permaneceram ausentes dos registros oficiais e da produção do conhecimento. Assim, investigar a invisibilidade das mulheres possibilita compreender não apenas as ausências documentais, mas também os mecanismos históricos que definiram quem poderia ser reconhecido como sujeito da história.

Nessa mesma direção, Margareth Rago (1995, p. 29) argumenta que a historiografia tradicional esteve voltada para “ações individuais e práticas coletivas marcadamente masculinas”. Sob forte influência do positivismo, consolidou-se uma história construída majoritariamente por homens, baseada em fontes produzidas nos espaços formais de poder e direcionada à valorização de personagens considerados exemplares para a construção das narrativas nacionais.

No caso brasileiro, esse processo esteve associado aos projetos de construção da identidade nacional desenvolvidos a partir do século XIX. A atuação dos institutos históricos contribuiu para a consolidação de narrativas centradas em heróis políticos, militares e intelectuais, privilegiando personagens masculinos e relegando a segundo plano a participação de outros grupos sociais. Como resultado, inúmeras trajetórias de mulheres permaneceram dispersas, pouco documentadas ou ausentes dos relatos históricos oficiais, tornando necessário o desenvolvimento de pesquisas voltadas à sua identificação, reconhecimento e representação.

Para a autora Mary Del Priore (2010, p. 216), “as feministas foram as responsáveis por fazer a história antes mesmo dos historiadores”. Tal fato pode ser explicado devido às

feministas terem sido as primeiras a romperem com esse silenciamento construindo a História das Mulheres.

> O território do historiador manteve-se, durante muito tempo, exclusividade de um só sexo. Passagem marcada por espaços onde os homens exerciam seu poder e seus conflitos, empurrando para fora destes limites os lugares femininos. Assim, sendo, espaços comuns de homens e mulheres, a família, acabou por tornar-se uma região particular, uma espécie de geografia insular. Sobre este solo de história, as mulheres, de forma precária, tornaram-se herdeiras de um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso (Del Priore, 2010, p. 216).

De fato, conforme observa Branca Zilberleib (2022), a mulher só se torna um objeto de pesquisa quando ela mesma começa a fazer pesquisas. A afirmação evidencia que a ampliação dos estudos sobre mulheres esteve diretamente relacionada à entrada dessas pesquisadoras nos espaços de produção do conhecimento, possibilitando novas perguntas, novos objetos e novas interpretações sobre o passado.

Principalmente, pois mesmo diante das restrições impostas à sua participação nos espaços formais de poder, inúmeras mulheres construíram formas alternativas de atuação social e política. Como destaca Maria Izilda Santos Matos (2013, p. 285), “enquanto os espaços tradicionais de expressão política se encontravam fechados, as mulheres se organizaram em formas alternativas de atuação, muitas vezes em torno de uma luta pelo imediato que as constituía enquanto sujeitos coletivos e políticos”. Tal perspectiva reforça a necessidade de ampliar o olhar para além das formas convencionais de participação historicamente valorizadas pela historiografia tradicional.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE

Uma história marcada pelas lutas, experiências e contribuições das mulheres permaneceu, durante muito tempo, à margem das narrativas históricas tradicionais. Apenas a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o fortalecimento da História das Mulheres e dos estudos de gênero, essa temática passou a ocupar espaço mais significativo nos debates acadêmicos. Ainda assim, até alcançar maior reconhecimento científico e social, essas discussões enfrentaram processos de banalização, resistência e reduzida visibilidade nos espaços de produção do conhecimento.

Diante desse cenário, torna-se fundamental desenvolver iniciativas voltadas à identificação, documentação e difusão de trajetórias de mulheres historicamente pouco

representadas nos registros e narrativas oficiais. Tal necessidade ganhou novo impulso com a promulgação da Lei nº 14.986, de 2024, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino das contribuições, vivências e experiências de mulheres na história do Brasil e do mundo. A legislação evidencia a importância de ampliar a visibilidade dessas trajetórias e de promover o acesso a referências que possibilitem uma compreensão mais plural da história.

Foi nesse contexto que surgiu o projeto "*traMAs Potiguares*" iniciativa voltada à identificação e ao levantamento de mulheres que contribuíram para diferentes áreas da sociedade do Rio Grande do Norte. Mais do que reunir nomes, o projeto busca localizar, sistematizar e divulgar informações sobre trajetórias que, embora relevantes para a história do estado, permanecem por vezes dispersas em diferentes fontes ou pouco conhecidas pelo público em geral.

A proposta parte da compreensão de que o reconhecimento de mulheres na história depende não apenas da existência de registros, mas também de processos de busca, identificação e organização da informação. Assim, o projeto assume como desafio a localização de vestígios documentais capazes de evidenciar atuações e contribuições frequentemente ausentes dos relatos históricos mais difundidos, contribuindo para ampliar as possibilidades de acesso, representação e circulação dessas memórias.

Considerando a dispersão dos registros relacionados às trajetórias de mulheres e os desafios apontados pela literatura quanto à sua identificação nas fontes históricas, optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória. A pesquisa foi desenvolvida a partir da consulta a fontes acadêmicas, bibliográficas e documentais, com destaque para o Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especialmente as coleções de teses e dissertações. A escolha desse universo documental fundamenta-se no entendimento de que a produção acadêmica constitui um importante espaço de construção e difusão do conhecimento, permitindo identificar mulheres que foram objeto de investigação científica, bem como recuperar informações sobre suas trajetórias, atuações e contribuições em diferentes áreas.

Além da produção acadêmica, foram consultados livros, biografias, verbetes, publicações institucionais, periódicos históricos e conteúdos disponibilizados em ambientes digitais. A utilização de múltiplas fontes mostrou-se necessária em razão da fragmentação das

informações encontradas, uma vez que muitos dados biográficos apareciam dispersos em diferentes documentos ou eram mencionados apenas de forma secundária.

Além das fontes documentais e bibliográficas, a pesquisa também incorporou estratégias de participação social com o objetivo de ampliar o levantamento de nomes e trajetórias. Para isso, foram realizadas chamadas públicas por meio das redes sociais do projeto, especialmente no Instagram, convidando a comunidade a indicar mulheres que consideravam relevantes para a história do Rio Grande do Norte. Essa iniciativa possibilitou a identificação de nomes que, muitas vezes, não apareciam com destaque nas fontes tradicionalmente consultadas, contribuindo para ampliar a diversidade de trajetórias contempladas[2].

O levantamento foi realizado por meio da identificação de nomes de mulheres associadas a diferentes campos de atuação, tais como educação, ciência, cultura, literatura, política, movimentos sociais, comunicação, esporte e outras áreas relevantes para a história do estado. Após a identificação inicial, os nomes foram submetidos a procedimentos de verificação e complementação das informações, buscando confirmar dados biográficos, períodos de atuação e contribuições registradas nas fontes consultadas.

Mais do que um levantamento nominal, o processo envolveu a análise crítica das informações recuperadas, considerando as lacunas documentais, as diferentes formas de representação presentes nas fontes e as dificuldades relacionadas à recuperação de trajetórias historicamente invisibilizadas. Dessa forma, a pesquisa procurou compreender não apenas quem são as mulheres identificadas, mas também as condições que possibilitaram, ou dificultaram, sua presença nos registros e nos espaços de produção da memória.

A partir desse conjunto de procedimentos, foi possível constituir o Repertório de Mulheres Potiguares[3] cujas trajetórias apresentam relevância para a compreensão da história

[2] Registra-se um agradecimento especial aos estudantes da disciplina Memória e Patrimônio Cultural, do curso de Biblioteconomia da UFRN, que contribuíram ativamente para a divulgação da iniciativa junto à sociedade e para o levantamento inicial de nomes de mulheres para compor a pesquisa. O engajamento dos discentes, por meio de ações de mobilização e interação com diferentes públicos, ampliou o alcance do projeto e possibilitou a identificação de trajetórias que talvez não fossem localizadas exclusivamente por meio das fontes documentais consultadas.

[3] O repertório foi depositado na plataforma de dados abertos Deposita Dados, com o objetivo de promover o acesso público aos resultados da pesquisa e possibilitar o aprofundamento, a atualização e o refinamento dos dados reunidos. Disponível em: https://depositadados.ibict.br/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.48472/deposita/JNQF1Z. Acesso em 21 de jun. 2026.

do Rio Grande do Norte. Este instrumento de recuperação da informação se constitui como uma estratégia de reconhecimento e ampliação da visibilidade dessas mulheres nos processos de construção da memória social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa possibilitou identificar mais de uma centena de mulheres vinculadas à história do Rio Grande do Norte, provenientes de diferentes períodos históricos, territórios e campos de atuação. O Repertório de Mulheres Potiguares reúne educadoras, escritoras, artistas, lideranças indígenas, religiosas, cientistas, atletas, políticas, trabalhadoras da cultura popular, empreendedoras, juristas e militantes sociais, evidenciando a diversidade de experiências e contribuições presentes na formação histórica do estado.

Entre os nomes identificados encontram-se figuras amplamente conhecidas, como Nísia Floresta, Alzira Soriano, Celina Guimarães Viana e Auta de Souza, mas também mulheres cujas trajetórias permanecem pouco difundidas nos espaços formais de memória, apesar de sua relevância para comunidades locais e para diferentes processos sociais e culturais, a exemplo de Januária Nascimento (Dona Dalila), responsável pela popularização da ginga com tapioca em Extremoz; Maria Gildenora (Maria de Ferreiro), participante da experiência das 40 Horas de Angicos; Maria Lúcia Santos Nascimento Angelino, fundadora do Museu Quilombola Gídeo Véio; e Odaíza Pontes Galvão, reconhecida pela preservação da tradição do Boi de Reis em sua comunidade entre tantas outras que protagonizaram saberes e fazeres, em outras palavras memórias sociais.

Essas trajetórias evidenciam a existência de múltiplas formas de atuação social, cultural e política que, embora relevantes para a história potiguar, nem sempre alcançaram visibilidade equivalente nos registros oficiais, na historiografia ou nos espaços institucionais de memória. Essa coexistência evidencia que o reconhecimento histórico não depende apenas da relevância das contribuições realizadas, mas também das condições de registro, preservação e circulação das informações ao longo do tempo.

A diversidade dos perfis identificados demonstra ainda que a participação das mulheres na história potiguar esteve longe de se restringir a um único campo de atuação. Ao contrário, os resultados revelam uma presença significativa em diferentes dimensões da vida social, política, cultural, científica e econômica, contrariando interpretações que associam a ausência documental à ausência de participação histórica.

Nesse sentido, é indispensável superar o “discurso comum que naturaliza a falta de fontes para investigar a trajetória das mulheres” (Macêdo; Souza, 2022, p. 71). Embora os registros documentais de e sobre mulheres nesses espaços sejam menos numerosos, essa realidade não reflete a ausência de sua atuação ou relevância. Ao contrário, evidencia processos históricos de silenciamento, invisibilização e deslegitimação de suas trajetórias, também reproduzidos por práticas historiográficas e arquivísticas.

Ao longo da pesquisa, observou-se que muitas das dificuldades encontradas estavam relacionadas não necessariamente à inexistência de registros, mas à dispersão das informações associadas a determinadas mulheres. Exemplos dessa situação podem ser observados em personagens como Amélia Duarte Machado, frequentemente identificada nas fontes como "Viúva Machado", denominação que acaba por sobrepor sua identidade individual à condição matrimonial. Após a morte do marido, Amélia assumiu a administração dos negócios da família e destacou-se como uma das mais importantes proprietárias e empreendedoras da cidade de Natal, desafiando os limites impostos às mulheres de seu tempo. Entretanto, parte significativa da memória construída em torno de sua figura foi marcada pela difusão do mito do Papa-Figo, narrativa que, ao longo dos anos, acabou por obscurecer sua atuação econômica, administrativa e social.

> A desinformação desempenhou um papel central nesse processo. Após a morte do marido, Amélia herdou sua fortuna e passou a viver discretamente em seu palacete. Esse recolhimento, comum a uma viúva jovem em uma sociedade conservadora, foi interpretado de maneira maliciosa. Espalharam que ela sofria de uma doença que fazia com que suas orelhas crescessem desproporcionalmente sem qualquer base real. A partir dessa mentira, associada a preconceitos de gênero e ao incômodo que sua independência despertava, surgiram boatos ainda mais perversos: acusaram-na de ter feito pacto com o diabo e, mais tarde, de devorar fígados de crianças para se manter viva. O apelido de “papa-figo” a marcou profundamente, a ponto de ser insultada publicamente e transformada em personagem folclórica negativa, usada como ameaça para crianças desobedientes. Assim, Amélia foi vítima de um processo ativo de fabricação da ignorância e da desinformação, que corroeu sua imagem e a relegou ao isolamento até a sua morte em 1981 (Cunha, 2025, p. 25).

Situação semelhante ocorre com Joana Luíza Pirangi, personagem tradicionalmente associada à origem do bairro de Mãe Luíza, em Natal. Embora sua memória permaneça fortemente vinculada à identidade do lugar, as informações sobre sua trajetória apresentam lacunas documentais e são frequentemente atravessadas por narrativas orais e versões distintas acerca de sua existência e atuação. Nesse caso, a própria dificuldade em distinguir os

limites entre personagem histórica, memória coletiva e tradição local evidencia os desafios envolvidos na identificação de sujeitos historicamente pouco documentados, cujos vestígios encontram-se dispersos ou preservados predominantemente pela oralidade.

Esses exemplos evidenciam que a recuperação da informação depende não apenas da existência de documentos, mas também da capacidade de relacionar diferentes formas de identificação utilizadas ao longo da vida dos sujeitos. Quando esses vínculos não são estabelecidos, parte da trajetória dessas mulheres permanece fragmentada, dificultando sua representação nos sistemas de informação e, consequentemente, sua inserção nos processos de construção da memória social.

Por fim, destaca-se a dificuldade encontrada na localização de fontes sobre muitas das mulheres identificadas ao longo da pesquisa. Em diversos casos, as informações disponíveis restringem-se a referências pontuais em documentos oficiais, registros administrativos, matérias de jornais ou menções dispersas em estudos acadêmicos. A escassez documental observada não deve ser interpretada como ausência de participação histórica, mas como resultado de processos sociais “marcados por perspectivas androcêntricas”, nas quais as experiências masculinas foram frequentemente tomadas como universais e centrais para a compreensão do passado (Vassalo, 2018, p. 88). Como consequência, trajetórias de mulheres foram silenciadas, fragmentadas ou relegadas a posições secundárias, impactando diretamente a constituição dos acervos, a produção de fontes e os próprios processos de organização e representação da informação.

Dessa forma, a pesquisa realizada não apenas possibilitou a identificação de nomes e trajetórias, mas também evidenciou lacunas documentais e historiográficas ainda existentes. Mais do que uma lista de personagens, o conjunto de nomes reunidos revela a necessidade de ampliar pesquisas, recuperar fontes dispersas e promover novas formas de representação capazes de incorporar sujeitos historicamente marginalizados nos espaços de memória e conhecimento, no caso em tela das mulheres potiguaras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nomear também é preservar. Identificar essas mulheres, reunir seus vestígios e problematizar seus silenciamentos constitui um passo fundamental para ampliar as possibilidades de representação da memória social e de produção do conhecimento sobre a história do Rio Grande do Norte. A elaboração do Repertório de Mulheres Potiguares permitiu

não apenas identificar nomes e trajetórias frequentemente ausentes das narrativas históricas tradicionais, mas também evidenciar os desafios. Ao longo da pesquisa, constatou-se que a invisibilidade de muitas dessas mulheres não decorre da ausência de atuação histórica, mas da escassez de registros, da dispersão documental e dos processos de seleção e preservação que, durante décadas, privilegiaram determinados sujeitos em detrimento de outros.

Nesse sentido, os resultados apresentados dialogam com um debate contemporâneo da Ciência da Informação, especialmente no que se refere à produção, organização, representação e acesso à informação sobre grupos historicamente marginalizados. Chamar atenção para a falta de fontes e para a reduzida presença de arquivos de e sobre mulheres não constitui uma preocupação isolada de pesquisa, mas integra uma agenda de investigação cada vez mais presente no campo. Estudos como os de Patricia Ladeira Penna Macêdo (2022) e Luciane Simões Medeiros (2021) demonstram que a escassez documental e a invisibilização de trajetórias femininas permanecem desafios relevantes para pesquisadores, arquivistas, bibliotecários e demais profissionais da informação.

Da mesma forma, iniciativas recentes, como o projeto traMA — Mapa Colaborativo de Identificação de Mulheres nos Arquivos, evidenciam a atualidade e a relevância dessa discussão. Criado em 2024, o projeto busca mapear, identificar e valorizar acervos de mulheres existentes em instituições brasileiras, partindo do reconhecimento de que a sub-representação feminina nos arquivos é resultado de processos históricos de silenciamento e exclusão. Tais iniciativas reforçam o caráter interdisciplinar da temática e demonstram como as questões relacionadas à memória, aos arquivos e à representação da informação estão diretamente vinculadas aos desafios enfrentados pela Ciência da Informação na contemporaneidade.

Além da ausência ou fragmentação das fontes, a pesquisa evidenciou outro aspecto fundamental: a identificação dos sujeitos. Questões relacionadas a mudanças de nome, pseudônimos, apelidos, formas variantes de registro e até mesmo a construção de narrativas em torno de determinadas personagens demonstram que recuperar trajetórias implica também enfrentar problemas de representação e autoridade informacional.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Jacqueline de Araújo. Desinformação não se combate parado: a cidade como sala de aula. *In*: LUCENA, Henrique Alexandre Medeiros; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna; CUNHA,

Jacqueline de Araújo (org.). **Viúva Machado**: do palacete dos bailes à solidão das calúnias. Natal: IHGRN, 2025. p. 24-29. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/65571. Acesso em: 9 jun. 2026.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010.

MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna; SOUZA, Alexandre Rodrigues. A presença delas: o "paradigma indiciário" das mulheres nos arquivos sobre revoltas coloniais. **Revista História e Cultura**, Franca, v. 11, n. 11, p. 69-88, 2022. Disponível em: https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3577/3171. Acesso em: 05 nov. 2026.

MATOS, Maria Izilda Santos. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, [*s.* l.], v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013. Disponível em: https://revistas.metodista.br/index.php/mandragora/article/view/1238. Acesso em: 05 nov. 2026.

MEDEIROS, L. S. A presença: ou a ausência: feminina nos arquivos pessoais e coleções da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. *In*: ENCONTRO ARQUIVOS PESSOAIS: EXPERIÊNCIAS, REFLEXÕES, PERSPECTIVAS, 3., 2021, São Paulo. **Arquivos pessoais**: fronteiras. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91. Disponível em: https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf. Acesso em: 30 maio 2026.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

STOLER, Ann Laura. Os arquivos coloniais e a arte da governança. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Tradução de Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

VASSALLO, Jaqueline. Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 71, p. 80-94, 2018. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/127201. Acesso em: 05 nov. 2026.

ZILBERLEIB, Branca. **A mulher como problema de pesquisa em História**: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001). 2022. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: https://doi.org/10.11606/D.8.2022.tde-17052023-174704. Acesso em: 6 jun. 2026.